

EDUCAÇÃO DO CAMPO, CURRÍCULO E PRÁTICAS SOCIAIS NAS COMUNIDADES DO CAMPO EM MEDICILÂNDIA/PA.

Agnaldo Fernandes

RESUMO Este trabalho visa mostrar o reflexo do Tempo Acadêmico junto à comunidade a qual o estagiário reside, e diante disso mostrar o desenvolvimento das intervenções ao identificar as problemáticas. Destacam-se os seguintes temas: **Educação do campo, Currículo e Práticas Sociais nas Comunidades do campo em Medicilândia/PA.** Mostra-se também a forma pela qual se configurou as etapas do trabalho que discorre desde o planejamento até as possíveis conclusões da pesquisa no que tange os seguintes itens: grade curricular, práticas sociais e práticas educativas na educação do campo, a qual vem firmando-se por meio de lutas sociais e estudos de autores renomados que dedicaram parte de seu tempo a um público que durante muito tempo e ainda é visto de forma preconceituosa “o povo do campo”

Palavras – chave: Educação do Campo. Currículo. Práticas Sociais

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o tema **Educação do campo, Currículo e Práticas Sociais nas Comunidades do campo em Medicilândia/PA** tem como princípio refletir a realidade a partir das práticas educacionais no uso de suas atribuições e ensino no campo. Da mesma forma, confrontar as concepções metodológicas e currículo dentro do contexto social, econômica, político e religioso; para assim poder analisar a concepção de educação que se tem do campo em sua diversidade.

Ao deparar com situações precárias na educação; comunidades desassistidas pelo poder público; famílias carentes abandonando suas propriedades; entre outras, é importante analisar e pesquisar as causas de tantos problemas existentes na região camponesa de Medicilândia Pará. E nessa dinâmica o trabalho de pesquisa está pautado como objetivo geral: Entender a relação da prática pedagógica e seus reflexos no estágio contemplando os saberes acadêmicos dialogados no eixo Educação do Campo, Currículo e Práticas Sociais. Da mesma forma, contemplar os seguintes objetivos específicos; Contribuir para a construção do PPP da escola exercitando os fazeres aprendidos na disciplina de Didática; Exercitar a ação do planejamento na disciplina que atua em sala de aula; Intervir no processo de planejamento interdisciplinar na área de opção da Licenciatura Educação do Campo-PROCAMPO; Socializar nas escolas/comunidades onde trabalham/moram e na qual será realizado o estágio docente seguido da construção do relatório, devolvendo o que observaram no 5º Tempo Comunidade.

Nesse trabalho o leitor poderá fazer suas reflexões, bem como identificar a Educação do Campo como uma Política Pública. Da mesma forma, relacionar o currículo escolar dentro do contexto social, político, cultural, econômico e religioso em sua diversidade local e regional. O trabalho caracteriza uma discussão importante; o mesmo tratará das práticas educacionais no campo e a partir daí proporcionar uma construção coletiva onde Comunidade Local, Direção, Conselho Escolar, Pais e Alunos somarão esforços e farão propostas para melhorias do ensino.

A pesquisa foi realizada no mês de Julho de 2012. Nessa dinâmica, a mesma fundamentou-se buscando experiências e escritos de autores por meio de bibliografias nas quais tratam-se de comunidades rurais em seus diversos contexto,

social, político, econômico, religioso, cultural, educacional entre outros. E por isso, o trabalho de pesquisa foi baseado no paradigma epistemológico dialético por considerar que as ações humanas não têm só um sujeito, mas um grupo onde se prioriza a práxis humana e a ação histórica e social dando sentido a uma finalidade inter-relacionado com a transformação das condições da existência da sociedade humana, Segundo Severino (2007).

A construção do trabalho foi direcionada à comunidade visando atingir as pessoas que lá residem e por considerar que estes também são multiplicadores de opiniões, de produção material, de construção coletiva e de saberes tradicionais. Nesse contexto, a pesquisa buscou informações onde é valorizado o meio social do sujeito, e por essa razão se deu-se de forma qualitativa, uma vez que os trabalhos científicos no campo são fundamentados na epistemologia, pois segundo Minayo (1997) “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, se preocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificada.

Questões relacionadas ao Projeto Político Pedagógico (PPP)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) tem por finalidade ser uma forma de organização do trabalho pedagógico, caracterizando a identidade da escola e servindo de referencial, de direção balizadora da práxis educativa. A construção do mesmo foi embasada no diálogo e na interação entre a equipe gestora, professores, alunos funcionários e pais, possibilitando que todos os envolvidos expressaram suas concepções.

Dessa forma esse projeto visa desencadear a comunicação entre setores da escola, contribuindo não somente para a harmonia das relações, mas também para todo processo administrativo pedagógico, sistematizado e normatizado da instituição bem como a relação família-escola e sociedade, respeitando dessa forma a diversidade de pensamento, de saber focado nos propósitos a que a escola deseja alcançar.

Muito se tem pesquisado, discutido e estudado sobre projetos políticos pedagógicos para as escolas com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e proporcionar mudanças. A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto pratica especificamente pedagógica (SAVIANI, 1983, p. 93).

Nós seres humanos aprendemos desde o nascimento, em todas as situações da vida, pois adquirimos o conhecimento em um processo contínuo e natural. O conhecimento pode estar em diferentes áreas de atuação humana, ou seja, em todas as relações construídas nos diferentes grupos e contexto social aos quais pertencemos.

A escola tem a função de socializar os conhecimentos disponíveis, promovendo o desenvolvimento cognitivo e construção de regras de conduta dentro de projeto social. É através do conhecimento que aprende-se desvendar a realidades do mundo. Os sentimentos de descoberta, a curiosidade de conhecer o mundo em que se vive e ter consciência de suas sensações, desejos são características que distinguem o homem dos demais seres vivos do universo.

Portanto, o conhecimento não nasce de um vazio e sim de experiências que acumulamos na vida cotidiana. Dessa forma somos capazes de transformar o conhecimento. O educador deve preocupar com a tarefa social de provocar aprendizagens, necessitando reconhecer a trajetória das próprias aprendizagens, a fim de identificar-se nesse reconhecimento, efetivando assim o ensinar, proporcionando a construção de novas aprendizagens estimulando dessa forma o aluno a adquirir um novo conhecimento, desenvolvendo também uma maior coerência entre o pensamento e a ação. Para Bossa (2007, p. 87) “A escola é responsável por grande parte da aprendizagem do indivíduo cumprindo a importante função de socializar os conhecimentos disponíveis, promovendo o desenvolvimento cognitivo dentro de um projeto social mais amplo”.

Os articuladores e facilitadores do processo ensino-aprendizagem devem-se levar em consideração o indivíduo e os elementos que com ele interagem. É notório então que é de grande importância uma postura crítica, entre educadores e educandos, provocando estímulos e gosto pelo aprender e ensinar, tornando as aulas agradáveis e prazerosas, com a soma de saberes entre ambas as partes. O educador precisa de liberdade e proporcionar aos educandos, nessa discussão Paulo Freire diz:

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem- por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em dialogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada

sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1975, p. 25).

É necessário construir uma educação que tenha como princípio a formação de cidadãos autônomos formadores de opiniões na busca de soluções para os problemas da comunidade e da sociedade: uma educação igualitária que possibilite as mesmas condições de trabalho para todos.

A escola que julgamos necessária é aquela que possibilita a formação de cidadãos críticos que saibam questionar e argumentar sobre os fatos sociais e suas implicações na comunidade. Uma escola emancipadora em sua formação docente.

Partindo da premissa de que as bases da sociedade capitalista são a exploração, a desigualdade, o preconceito e a discriminação procuramos investigar qual a pedagogia adequada para trabalhar contra estes princípios em unidades escolares. Por isso optamos pela pedagogia Libertária. Pelo fato desta buscar progressão e da ênfase na aprendizagem informal via grupo, e a negação de toda forma de repressão, visando oferecer o desenvolvimento de pessoas mais livres.

Diante dessa relação, a percepção de mudança da realidade da comunidade deve estar implícita na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, uma vez que, o projeto pedagógico deve estar em sintonia com as necessidades da comunidade onde a mesma está inserida. Segundo Libâneo (2002);

Educação compreende o conjunto de processos, influências, estruturas, ações, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre os grupos e classes sociais, visando à formação do ser humano [...] (LIBÂNEO, 2002, p. 64)

Assim, o Projeto Político Pedagógico é um documento que contém as leis da escola, por esta razão sua construção é a forma objetiva desta dar sentido ao seu saber fazer enquanto instituição escolar: é a realização concreta de seus sonhos, onde ações são construídas e reconstruídas de forma dinâmica e histórica. Sendo a revelação de seus compromissos, sua intencionalidade e principalmente da identidade tanto sua quanto de seus membros. É nesse seguimento que a escola precisa com sua política atender a sociedade, nesse mesmo veio Mazetto (1997) diz:

A escola surge historicamente como fruto da necessidade de se preservar e reproduzir a cultura e os conhecimentos da humanidade, crenças valores e conquistas sociais. Concepções de vida e de mundo, de grupos ou de classes. Ela permaneceu e se modernizou à medida que foi capaz de se tornar instrumento poderosa na produção de novos valores e crenças, na difusão e socialização de conquistas sociais, econômicas e culturais desses grupos ou classes. (MASETTO, 1997, p. 21).

É algo que deve ser construído de forma coletiva, na própria comunidade, haja vista que um projeto pedagógico que seja traçado pela Secretaria de Educação, seja ela Municipal ou Estadual, tende a não atender as suas especificidades. O projeto pedagógico deve ser construído na escola e para aquela escola, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional: equipe gestora, educadores, funcionários, pais e educandos, uma vez que, uma construção participativa envolve ativamente os diversos seguimentos escolares. Ao desenvolvê-lo, as pessoas vão construindo novos significados suas experiências, refletem suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

Neste contexto, há a necessidade de se fazer um PPP coletivo no qual a escola precisa escutar o que os pais, mães, responsáveis almejam dar valor as suas idéias, desejos e contextualizá-los à vida da escola. Isso vai ao encontro do que Vasconcelos (2004) defende que:

Através da participação, prever-se ruptura com o já estabelecido, com a cultura do autoritarismo, do individualismo, que permeia, ou, permeou a formação dos que fazem parte do contexto educacional, pois participar subjugam-se uma formação consciente de seu direito, de se expressarem, buscarem seus ideais em conjunto, de se envolverem mais, "intimamente" com os acontecimentos ocorridos ou que podem ocorrer no seio da escola. "A participação aumenta o grau de consciência política, reforça o controle sobre a autoridade e também revigora o grau de legitimidade do poder serviço" (VASCONCELOS, 2004, p. 26).

Currículos e Práticas em sala de aula

O princípio que devem orientar nossa prática escolar do educador tem que ser tanto moral quanto ético. O princípio moral é aquele no qual deve haver respeito ao próximo e ao meio ambiente. O princípio ético por sua vez refere-se aquele em que os profissionais são comprometidos com as causas da educação. É um princípio que desperta nos educandos o apressamento pelo saber dentro e fora da sala de aula.

Desta maneira, as metodologias adotadas por esta escola se dão de forma dialética visando desenvolver no educando uma concepção de homem que trilha um conhecimento ativo e de relações, onde o mesmo possa realizar uma leitura,

releitura e construção de que os conteúdos não são transferidos ou simplesmente depositados pelo outro, mas mediado e construído por uma perspectiva de uma relação baseado pela igualdade de direitos. Assim, além das áreas de conhecimentos consideradas padrão ofertado nas instituições educacionais, os estudos da cultura afro-brasileira e indígena também serão oferecidos aos educandos, uma vez que conhecer a história de um povo no qual em muito contribuiu para a formação deste país no que tange as áreas sociais, econômica e política, torna-se imprescindível.

Assim, a instituição estará em conformidade com a lei nº 11645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, que relata no Artigo 26, inciso 1º:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.(BRASIL, 2008 p.1).

Neste contexto, tanto o conteúdo quanto o método de trabalho precisam ser projetados, viabilizados e praticados em consonância com a realidade e os problemas vividos cotidianamente pelos nossos educandos, proporcionando uma compreensão com o que se vive, visando uma reorganização com relação aos conhecimentos cientificamente adquiridos.

Visando o bom desempenho do Projeto Político Pedagógico Participativo e necessário que existam elementos contidos neste processo, como: Plano de ação e avaliação; Descrição da realidade e da comunidade e da escola onde esta inserida e seus aspectos físicos.

O currículo é artefato construído, desenvolvido para caracterizar as possíveis relações existentes entre o conhecimento, o sujeito, os valores, o poder e a comunidade escolar. Ele se concretiza e se realiza na prática docente na sala de aula, no espaço de aprendizagem, assim como na interação que ocorre entre o

professor, o conteúdo e o aprendiz em determinado espaço-tempo, visando um conjunto de objetivos ou resultados de aprendizagem a serem alcançados através de disciplina ou conteúdos a serem ministrados.

Se mantivermos juntos, metodologia de ensino, organização curriculares e diretrizes encontramos uma única concepção: plano estruturado de ensino aprendizagem, englobando a proposta de objetivos e conteúdos.

A organização curricular é composta pela matriz básica para o ensino fundamental de nove anos e educação infantil. A estrutura é organizada conforme a Lei Federal nº 11.114 de 16 de Maio de 2006 referentes às Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os componentes são: Anos iniciais (1º ao 5º ano), incluindo o ciclo de alfabetização que é do 1º ao 3º ano. Os anos finais são compostos do 6º ao 9º ano. Obedecendo ao disposto na lei 10.639/2003, os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas artes, literatura e história brasileira. (BRASIL, 2003, p. 1).

É importante compreender que uma organização e, portanto, a escola não nasce como cultura, mas transforma-se ao longo de sua história. Daí a importância da consciência política comprometida com a formação da cidadania. O processo de construção da cultura organizacional escolar faz-se por intermédio do compartilhamento e da aprendizagem coletiva na construção do modelo de pensamentos, crenças, sentimentos e valores que passam a ser assinalados e desenvolvidos pelo conjunto de atores da escola.

A mesma, como uma das importantes instituições sociais de um estado democrático precisa incorporar em sua estrutura e em sua prática pedagógica a educação que valorize a participação cidadã, abrindo-se à participação, esta instituição estará educando para a democracia e cidadania, pois a participação constitui a viga-mestra da cidadania. Dessa forma um ambiente escolar mais participativo passaria com o tempo a tornar-se a casa comum dos residentes de uma comunidade local.

“O significado mais poderoso da democracia não é formada pela capciosa retórica política mas no detalhe da vida cotidiana”. Isso significa levar a sério as realidades do desenvolvimento do currículo, do ensino da avaliação e da vida dos estudantes e dos professores que precisam participar e cooperar para que a escola funcione. Dizer que as pessoas estão comprometidas com essas questões pode parecer uma reafirmação do óbvio; mas é necessário cultivar esse compromisso e de desenvolver essa cultura do “nós” para que se possa, efetivamente construir uma gestão democrática na escola. (SAVIANI, 1996 p. 54).

Para isso faz-se necessário construir uma gestão da educação que perpassa, democraticamente, todos os espaços escolares e criando um modelo educacional que seja simultaneamente disciplinado e amoroso, assim teremos uma gestão competente com resultados da participação de todos os envolvidos, que são responsáveis por uma ação que se desenvolve na escola e para a escola.

O modo de vida democrático inclui o processo de buscar formas de ampliar horizontalmente e verticalmente os valores da democracia. Uma gestão democrática é participativa porque envolve oportunidades constantes de explorar questões, de imaginar respostas e problemas e de colocar as respostas em prática. A LDB, no Art. 13 diz que os docentes têm a incumbência de “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo esta proposta pedagógica; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”.

A Resolução CNE/CP 01/2004, no Artigo 3º, § 2º estabelece que “As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares”. Portanto, o presente Plano recomenda que os sistemas e as instituições de ensino orientem os coordenadores pedagógicos para aplicação desse Plano no âmbito escolar. (BRASIL, 2004, p. 2).

Os PCNs também recomendam a perspectiva interdisciplinar do processo de mediação pedagógica, como instrumento de significação/ dos conteúdos científicos, trabalhados nas vivências educacionais, durante esta etapa do ensino. Por essa razão é de fundamental importância que os profissionais de educação, durante suas formações continuadas, tenham acesso às bases teóricas e metodológicas desta perspectiva, sobretudo os professores, orientadores pedagógicos e gestores escolares.

“Alguns temem que desenvolva competência na escola levaria a renunciar as disciplinas de ensino e apostar tudo em competências transversais e em uma formação pluri, Inter ou transdisciplinar. Este temor é infundado: a questão é saber qual concepção das disciplinas escolares adotar. Em toda hipótese, as competências mobilizam conhecimento, dos quais grande parte é e continuara sendo de ordem disciplinar(...)” (PERENOUD, 1999, p.40).

No entanto, para que as orientações técnicas-pedagógicas, contidas nos *documentos* oficiais, não pareçam receitas teóricas, sem aproximação com a realidade escolar, podendo efetivamente ser compreendidas pelos docentes, é fundamental que disponham de um crescente repertório de saberes e fazeres, fundados na perspectiva da interdisciplinaridade. Para tanto, compreendemos que os processos formativos precisam envolver os fundamentos teórico-metodológicos desta perspectiva associados a uma reflexão sistematizada sobre sua vivência nas salas de aula, nos mais variados espaços.

A realidade da educação do campo no município de Medicilândia/PA está dentro do mesmo princípio da educação urbana no ponto de vista pedagógico, metodológico e funcional. A diferença está nas estruturas físicas, no acesso à escola devido a distancia percorrida pelos alunos para chegarem ao local de estudo; podem-se encontrar situações precárias em muitas escolas do campo, podendo haver situações em que alunos estudam em galpões, Igrejas, Barracões, palhoças entre outras.

Nos anos de 1990, o movimento de Educação do Campo tem colocado em evidência problemas vinculados à escolarização dos povos camponeses, dentre eles: a ausência de escolas na área rural; a precariedade quanto à infra-estrutura das escolas existentes no campo; a falta de professores com qualificação para a docência; a necessidade de profissionais qualificados residentes no campo; a necessidade de projetos político-pedagógicos que reconheçam o modo de trabalho no campo e a realidade cultural camponesa; a dificuldade de acesso ao Ensino Médio e à Educação Superior, principalmente entre os beneficiários da reforma agrária. (SOUZA, 2008 p. 293).

É notório o descaso e a forma como está sendo tratada a educação do campo no município de Medicilândia/PA, e com relação à Escola Benjamim Constant localizada na vicinal do Km 85 Norte no referido município citado acima, percebe-se alguns problemas relacionada à questão política pedagógica e a participação das famílias na escola. Com a perspectiva de melhorar essas práticas está sendo construído um PPP (Projeto Político Pedagógico) na escola. Essa concepção dar-se-ia com a participação coletiva de todos os moradores da comunidade, onde diretores, professores, pais e alunos farão parte desse processo construtivo.

Os problemas evidenciados pela Educação do Campo questionam o modelo de educação rural desenvolvido no Brasil, em toda a sua história educacional. A educação rural era pensada desde projetos e programas que se preocupavam em superar o "atraso", que segundo o paradigma do capitalismo agrário assolava o Brasil. Em meados do século XX, Paulo Freire teceu reflexões sobre a atividade de extensão no Brasil, particularmente a extensão rural, demarcando a importância de uma

perspectiva dialógica e de conscientização política no trabalho educativo do agrônomo com os trabalhadores agricultores. (SOUZA, 2008, p. 293).

Falar de Educação do Campo, Currículo e Práticas Sociais é confrontar idéias, práticas e experiências de uma sociedade que vive em diversos contextos, tendo em vista, o meio social, político, cultural e econômico. Por outro lado o currículo escolar do campo está sendo discutido dentro do Projeto Político Pedagógico, mas que ainda está sendo construída uma nova concepção, onde a problemática, as idéias e teorias estão sendo pensados e construídos coletivamente com a participação da comunidade representada pelos gestores da educação, diretores, educadores, Pais e educandos. De certo modo as escolas do campo ao longo dos anos têm seguido as concepções de ensino e todo processo político educacional das escolas urbanas. Nesse sentido, o currículo precisa ser reelaborado de forma que contemple as especificidades dos sujeitos que residem no campo.

Giroux vê a pedagogia e o através da noção de “política cultural”. O currículo envolve a construção de significados e valores culturais. O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de “fatos” e conhecimentos “objetivos”. O currículo é um local onde, ativamente se produzem e se criem significados sociais. Esses significados, entretanto, não são simplesmente significados que se situam no nível da consciência pessoal ou individual. Eles estão estreitamente ligados a relações sociais de poder e desigualdade. Trata-se de significados em disputa, de significados que São impostos, mas também contestados. Na visão de Giroux, a pouca diferença entre, de um lado, o campo da pedagogia e do currículo e, de outros, o campo das culturas. O que está em jogo, em ambos, é política cultural. (GIROUX, 1997 p. 55)

O currículo também engloba os conteúdos, construção e prática pedagógica, mas vale ressaltar que o currículo vai além de conteúdos já que também faz parte do crescimento profissional do cidadão. Apesar de o currículo ter sua origem na escola, precisa estar ligado à prática; pois pode se tornar nulo quando não é exercitado. Isso serve tanto para o professor em seu exercício, quanto às pessoas que estão ligados ao trabalho nas demais modalidades. Segundo Elizabeth Macedo (2006 p. 104) “o currículo precisa ser pensado mais como um algo em construção do que acabado. Essa tarefa envolve o exercício de buscar respostas que dêem conta da dinamicidade do currículo, das relações de hegemonia provisórias nele presente”.

Intervenções na Comunidade

As intervenções aconteceram por meio encontro na Comunidade; na oportunidade iniciou-se as discussões no que tange as questões relacionadas ao PPP participativo, No entanto, contou-se com a presença das famílias. Foram formados grupos para discutir a proposta do Projeto, que estes foram acompanhados e subsidiados pelos interventores; após os questionamentos recolheu-se o material escrito para posteriormente fazer as análises e o relatório.

A área de abrangência está contextualizada nas disciplinas de Geografia e História, a concepção de ensino partiu do principio da interdisciplinaridade, já que os assuntos discutidos em sala de aula terão as mesmas importâncias e as mesmas coerências. De acordo com os PCNs;

A interdisciplinaridade é a interação de duas ou mais disciplinas. Essas interações podem implicar transferências de leis de uma disciplina a outra, originando, em alguns casos, um novo corpo disciplinar, como por exemplo, a bioquímica ou a psicolingüística. Podemos encontrar essa concepção nas áreas de ciências sociais e experimentais no ensino médio e na área de conhecimento do meio do ensino fundamental. (BRASIL, 1998)

Trabalhar duas ou mais disciplinas juntas ainda é um desafio, mas buscar inovações faz parte do processo ensino-aprendizagem, no entanto, é válida essa nova concepção de ensino porque é também uma dinâmica trabalhada na Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). O objetivo é disseminar a interdisciplinaridade nas escolas do campo, da mesma forma, contemplar as especificidades dos alunos que residem no espaço rural.

Um dos objetivos de se reunir com a comunidade escolar foi para se discutir sobre construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP). A proposta apresentada, da construção do Projeto participativo provocou “burburinho” nos participantes, devido à comunidade saber até então que este documento é construído por uma equipe de dentro da escola juntamente com a Secretaria de Educação e não com a participação direta da comunidade, que segundo Veiga e Resende (1998); “o coletivo da escola que se quer construir e do cidadão que se deseja formar e representariam uma mudança significativa na forma de planejar o cotidiano da escola”. (VEIGA, I.P.; RESEND. L.M. G 1998, p 586).

Neste sentido, é necessário um planejamento em que se busque conhecer a realidade da escola através do diálogo com quem vivencia a mesma. Segundo

Gandin (1999) o conceito de participação varia de acordo com a organização. Nas instituições sociais, onde estão inseridas as escolas, a participação é fator fundamental para a elaboração do PP e deve constituir direito de todos os componentes envolvidos na escola, principalmente o professor. Gandin (1999, p.47) mostra sua preocupação afirmando que:

A participação não é simplesmente aquela presença, aquele compromisso de fazer alguma coisa, aquela colaboração, aquele vestir a camisa da empresa nem mesmo a decisão em alguns pontos esparsos e de menor importância; participação é aquela possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana. (GANDIM, 1999, p 47).

O debate continuou com uma discussão na qual tratou-se da importância de um planejamento que contemple à realidade da sociedade do campo, tratando das especificidades das famílias efetivadas no campo.

Para que a comunidade tomasse conhecimento do que seria um Projeto Político Pedagógico Participativo, apresentou-se os passos da construção do mesmo, nos quais Vasconcelos define de forma clara e seqüenciada o que é necessário para a elaboração de um instrumento que venha a colaborar com a edificação educacional em determinada realidade. Dessa forma, a primeira e imprescindível parte de um documento como este é o referencial, que de acordo com Vasconcelos (1995);

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, p.143).

Diante dos procedimentos que o autor coloca, foi iniciado na comunidade São Francisco de Assis um momento para levantar as questões/problemáticas no que se refere à prática pedagógica da escola e suas funcionalidades atuais. Após levantar os dados com a participação da comunidade, está sendo realizada uma análise no sentido de refletir sobre as práticas até então trabalhadas.

Assim, procurou-se deixar claro para os participantes, como propõe o próprio marco situacional, que este é um momento de muita veracidade o qual se coloca como resposta ao questionário, pois é a partir dessas respostas que serão traçadas as metas de permanência ou mudanças na realidade da escola.

Sobre o marco político ou filosófico, a comunidade também ficou ciente de que este revela para onde se pretende ir. É a descrição dos ideais, da visão de educação, de escola, de currículo e de aprendizagem. É a definição do tipo de sociedade, de ser humano ou de pessoa se propõe formar. Ou ainda o tipo de sociedade que se pretende construir, que pretende a modificar ou que se pretende a reproduzir (utopia).

Diante da realidade constatada cabem as seguintes indagações: Que referencial teórico ou concepções se fazem necessário para a transformação, da realidade? Que tipo de aluno deseja-se formar? Para qual sociedade? Que experiências espera-se que os educandos vivenciem no dia-a-dia da escola? O que significa construir o PPP como prática social coletiva?

O Projeto Educativo é, claramente, um documento de planificação escolar que poderíamos caracterizar do seguinte modo: de longo prazo quanto à sua duração; integral quanto à sua amplitude, na medida em que abarco todos os aspectos da realidade escolar, flexível e aberto; democrático porque elaborado de forma participativa e resultado de consensos. (DIOGO, 1998, p. 17 apud VASCONCELLOS, 2002, p.169).

Dessa forma o marco pedagógico engloba os demais, devido ao seu grau de complexidade, ou seja, ele reflete além da questão docente, envolve uma série de questões que, se trabalhadas de forma correta podem trazer bom retorno à sociedade. Implica em mudanças e transformações significativas para a comunidade.

Todavia o PPP é um instrumento que deve estar em contínuo aperfeiçoamento, pois ele gira em torno de uma realidade que também muda, ou seja, novas famílias se estabelecem, a gestão pode ser trocada num determinado momento, novas regras podem ser acrescentadas ao regimento interno escolar, enfim, pode ocorrer uma grande movimentação no sentido de mudanças na comunidade escolar. No entanto não existem somente essas razões para o aperfeiçoamento do Projeto, pois como afirma Vasconcelos (2002);

O Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2002, p. 169).

Neste caso é de extrema importância a palavra transformação, visto que não somente a escola e suas práticas mudam ou se transformam, mas todos os

elementos que estão interligados de forma intrínseca, como a família, a comunidade e a sociedade vistam por um ângulo mais aberto.

Se sonharmos com uma sociedade mais justa, ética, humana e solidária, necessitamos de uma escola que se preocupe em formar pessoas não apenas consumidores, mas que sejam capazes de julgar a realidade e interferir nela de forma crítica e consciente. Toda instituição que deseja construir este modelo de sociedade, necessita efetivamente de planejamento, para isso o fator decisivo do planejamento é a percepção dos sujeitos envolvidos na necessidade de mudar a realidade na qual estão inseridos.

Se a mudança for possível de acontecer, será na escola em que dará seus primeiros passos, pois, como se sabe, esse espaço deve ser cada vez mais um lugar de valorização das necessidades de diferentes contextos comunitários. Nossas percepções, disposições são construídas nas complexas relações culturais que estabelecemos socialmente. Tais relações são particularmente ricas e desafiadoras no ambiente escolar; é na escola que aprendemos e internalizamos boa parte dos nossos pensamentos e daquilo que somos capazes de fazer no espaço em que vivemos.

Diante dessa relação, a percepção de mudança da realidade da comunidade deve estar implícita na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, uma vez que, o projeto pedagógico deve estar em sintonia com as necessidades da comunidade onde a mesma está inserida.

O PPP é algo que deve ser construído de forma coletiva, na própria comunidade, haja vista que um projeto pedagógico que seja traçado pela Secretaria de Educação, seja ela Municipal ou Estadual, tende a não atender as suas especificidades. O projeto pedagógico deve ser construído na escola e para aquela escola, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional: equipe gestora, educadores, funcionários, pais e educandos, uma vez que, uma construção participativa envolve ativamente os diversos seguimentos escolares. Ao desenvolvê-lo, as pessoas vão construindo novos significados suas experiências, refletem suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

. Os pais dos alunos solicitam uma educação de qualidade, com professores capacitados e comprometidos com a educação; que haja uma educação inovadora, com tecnologia, onde os discentes possam desenvolver o seu conhecimento, uma educação que ensina os valores, alertando os perigos encontrados na sociedade, como drogas, violência, doenças etc.

A educação que todos precisam é aquela em que a sociedade participa, onde o professor é o mediador da construção do ensino e não o dono da verdade, uma construção do conhecimento que não seja só dentro da escola, mas na comunidade em geral, trazendo mais recursos didáticos e humanos, que não abrange somente quantidade, mas qualidade e que ajude na aprendizagem dos educandos.

A comunidade escolar sugere que os professores trabalhem na escola projetos que venham dar ênfase as datas comemorativas, envolvendo toda a comunidade, mostrando os valores destas datas e o que eles representam para a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nessa compreensão que foi direcionado este trabalho por se tratar de currículo voltado para a realidade do campo, nota-se uma grande falha no sistema educacional; as escolas ainda continuam reproduzindo os conceitos trabalhados na zona urbana, pois as mesmas têm ao longo dos anos seguido como concepção metodológica e filosófica escolas da cidade o que significa desvincular valores que estão e são especificamente do campo.

A pesquisa na comunidade São Francisco de Assis visou identificar os problemas, dessa forma, percebeu-se que os profissionais que atuam no campo na comunidade citada vêm desenvolvendo uma concepção dentro do contexto da interdisciplinaridade, das especificidades do campo. Por isso, tentou-se buscar depoimentos de pais e alunos para contribuir na pesquisa.

Por esses e outros motivos citado acima é que nesse trabalho de pesquisa mostra a realidade da sociedade do campo, fazendo um breve estudo buscando teorias de autores na qual tratam-se dessa problemática. Da mesma forma, foi realizado um diagnóstico da comunidade; que até então esse levantamento aponta inúmeras situações que tem causado preocupações no que tange as questões políticas, sociais, econômicas e principalmente as educacionais.

A realização desse trabalho foi de grande importância considerando que o tema educacional possui um grau de complexidade bastante elevado, por tanto, se faz necessário que as metodologias educacionais e temas abordados estejam em constantes atualizações, haja vista que, a educação envolve todo um contexto social que por sua vez vive em constante transformação

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil, Contribuições a Partir da Prática**. 3 ed. Porto Alegre. Artmed. 2007.

BRASIL / MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: MEC / SEF, 1998.

_____. **Constituição Federal, 1988**. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante. Rio de Janeiro: Gráfico Bloch S/A, 1989.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Belém: Graplitte Gráfica e Editora, 2000.

GANDIM, D. e GANDIM, L. A. **Temas para um projeto político- pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GIROUX, Henry. Escola crítica e política cultural. São Paulo: Cortez, 1987

LIBANEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In PIMENTA, Selma Garrido (org.). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 9 ed. Petrópolis: vozes, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, Demerval, **Escola e Democracia: Polêmicas do Nosso Tempo**. Campinas, Autores associados, 1994

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científica. São Paulo Cortez, 2007

SOUZA, Maria Antônia de; CAPOBIANCO, Melody Rotta. **Movimentos sociais e governos na definição de políticas da educação do campo. (p 293)**

VASCONCELLOS, **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo, Libertad, 1995.

_____, Celso S.. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo, SP: Libertard, 2002.

_____, Celso dos santos. **Coordenação do trabalho Pedagógico: Do Projeto Político- Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula.** 5ª Edição, São Paulo; Libertad editora, 2004.

VEIGA, I.P.; RESENDE, L.M.G. (Org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas: Papyrus, 1998.